

ADVOGADO (Código 101)

Data e Horário das Provas: Domingo, 17/06/2012, às 14h

INSTRUÇÕES GERAIS


- ✓ Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta, e 2 (duas) questões para a prova discursiva;
 - um **cartão de respostas** óptico personalizado; e
 - duas **folhas de texto definitivo** da prova discursiva (uma para cada questão discursiva).
- ✓ Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva, a codificação do **cartão de respostas** e das **folhas de texto definitivo** da prova discursiva estão corretas.
- ✓ Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado no **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A solidão aperta nosso coração.

- ✓ Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** da prova objetiva e o preenchimento das **folhas de texto definitivo** da prova discursiva.
- ✓ Somente será permitido levar o **caderno de questões** das provas objetiva e discursiva após 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- ✓ Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e sua **folha de texto definitivo** da prova discursiva e retirar-se da sala.
- ✓ Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente assinado e as **folhas de texto definitivo** da prova discursiva.
- ✓ Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- ✓ Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e entregue ao **fiscal do IADES** máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablets* eletrônicos; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- ✓ Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- ✓ Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas se sua saída for acompanhada por **fiscal do IADES**.
- ✓ Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- ✓ Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** e nas **folhas de texto definitivo** da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- ✓ Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- ✓ O **cartão de respostas** e as **folhas de texto definitivo** da prova discursiva **não** podem ser dobradas, amassadas, rasuradas, manchadas ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ✓ A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

- ✓ Marque as respostas **assim**: 
- ✓ Somente serão lidas e corrigidas as **folhas de texto definitivo** das provas discursivas dos candidatos classificados em conformidade com o Edital Normativo e que tenham preenchido o espaço da(s) resposta(s) com texto(s) manuscritos usando **caneta esferográfica preta ou azul**.

Boa Prova!



iades

Instituto Americano de Desenvolvimento

Texto I para as questões 1 a 3.

1 **Ovni**

3 Sou uma coisa entre coisas
O espelho me reflete
Eu (meus
6 olhos)
reflito o espelho
Se me afasto um passo
9 o espelho me esquece:
– reflete a parede
11 a janela aberta
Eu guardo o espelho
o espelho não me guarda
14 (eu guardo o espelho
a janela a parede
rosa
17 eu guardo a mim mesmo
refletido nele):
sou possivelmente
20 uma coisa onde o tempo
21 deu defeito

*Ferreira Gullar, Toda Poesia, 9ª Ed.
Rio de Janeiro, José Olympio, 2000, p. 328.*

QUESTÃO 1

Com base no texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de identidade do eu poético retira do poema a relação com o significado de seu título.
- (B) O título do poema apresenta a forma popular como tratamos supostos objetos de outros planetas. Em sua sigla de formação temos apenas substantivos e verbos, contudo nenhum verbo na forma nominal.
- (C) A sigla que forma o nome do poema, dentro desse contexto, pode ser considerada um substantivo concreto.
- (D) O texto reflete o estranho ao nosso contexto, sem evidenciar o estranho ao ver do eu poético que, apesar disso, se sente estranho consigo mesmo.
- (E) É no jogo semântico dado pelo substantivo espelho que se subentende a relação do autor com os outros.

QUESTÃO 2

Com base no texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Na última estrofe do poema há predominância de formas verbais derivadas.
- (B) Não é possível reescrevermos o primeiro verso na voz passiva, pois causaremos incoerência gramatical.
- (C) Ao referir-se como uma coisa entre coisas, o eu-poético qualifica apenas o externo da forma estranha como se percebe perante o mundo.
- (D) Em “Eu guardo a mim mesmo”, o autor foge ao conceito do pronome reflexivo na formação sintática.
- (E) O jogo de singular e plural entre os vocábulos coisa/coisas estabelece complemento nominal.

QUESTÃO 3

Com base no texto I, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A ação de se afastar do espelho inibe a noção de esquecimento pela ausência da imagem refletida.
- (B) As estrofes mostram a reciprocidade naquilo que é vivido entre o espelho e o eu-poético.
- (C) Em “eu guardo a mim mesmo” não temos a voz passiva, pois o sujeito exerce uma ação sobre si mesmo.
- (D) Há no texto um jogo de sujeitos entre o autor e o espelho, mantendo, contudo, o sujeito oculto na maior do poema para reforçar a importância desse objeto para o autor.
- (E) É na inconsciência do eu-poético que se dá a maior diferença entre o ser e o objeto.

QUESTÃO 4

Considerando a acentuação da palavra indústria, pode-se dizer que recebeu o acento agudo por

- (A) ser proparoxítona.
- (B) ser oxítona terminada em –a.
- (C) ser paroxítona terminada em ditongo.
- (D) ser oxítona terminada em ditongo.
- (E) ser paroxítona com a vogal “i” na última sílaba.

QUESTÃO 5

“Se você vivesse no século 18 e sentisse sintomas de epilepsia, melancolia, febre, sarampo, cólica ou fosse picado por cobra, era bom que estivesse na Bahia. Foi lá que surgiu o primeiro medicamento do Brasil, desenvolvido para esses e muitos outros males: a Triaga Brasília, criada e produzida pelos jesuítas do Colégio da Bahia”.

O trecho acima faz parte de uma das muitas curiosidades do Almanaque Brasil. Assinale a alternativa correta quanto à análise morfosintática dos elementos a seguir.

- (A) “**Se** você vivesse” – palavra de ligação com função causal.
- (B) “epilepsia, melancolia, febre, sarampo, cólica ou fosse picado por cobra” – predominância de substantivos concretos.
- (C) “muitos outros males: a Triaga Brasília, **criada e produzida pelos jesuítas do Colégio da Bahia**” – aposto.
- (D) “era bom **que estivesse na Bahia**” – predicativo.
- (E) “muitos outros males: **a Triaga Brasília**, criada e produzida pelos jesuítas do Colégio da Bahia” – vocativo.

**ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB - Questões
6 a 8**

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa correta acerca dos honorários advocatícios.

- (A) Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao empregador, no caso do advogado empregado.
- (B) O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitada, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local de prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.
- (C) É válida a cláusula integrante de convenção individual, ou coletiva, que retira do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência, no caso do advogado com vínculo empregatício.
- (D) A execução dos honorários deve ser promovida em autos apartados, distribuídos por dependência aos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier.
- (E) Na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, cessa a obrigação do cliente quanto ao pagamento dos honorários de sucumbência.

QUESTÃO 7

Conforme disciplinado pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado, indispensável à administração da Justiça, presta serviço público e exerce função social. Assinale a alternativa correta sobre o advogado, no exercício de sua profissão.

- (A) No processo judicial, o advogado contribui na postulação de decisão favorável a seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem *mínus público*.
- (B) O estagiário de advocacia pode praticar os atos pertinentes ao advogado, na forma do regimento geral, em conjunto com advogado e sob responsabilidade deste, independentemente de inscrição na OAB.
- (C) A procuração é instrumento obrigatório para a atuação do advogado. Faltando a procuração, em hipótese alguma poderá o advogado postular em juízo.
- (D) É permitida a divulgação da advocacia em conjunto com outras atividades, desde que de forma discreta e moderada.
- (E) A impetração de *habeas corpus* em Tribunal Superior é atividade privativa de advocacia.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa correta em relação ao Estatuto da Advocacia e da OAB.

- (A) A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial na mesma base territorial de sua Seccional.
- (B) Os advogados de uma mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos nos casos de divórcio litigioso.
- (C) Quanto ao nome da sociedade de advogados, é facultativo o uso do nome de pelo menos um advogado responsável pela sociedade, podendo-se utilizar nome fantasia.

- (D) A relação de emprego, na qualidade de advogado, não retira a isenção técnica nem reduz a independência profissional inerentes à advocacia.
- (E) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de 6 horas contínuas e a de 30 horas semanais.

CÓDIGO DE ÉTICA - Questões 9 a 11

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa correta.

- (A) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga-o quanto ao pagamento das verbas honorárias contratadas, ressalvados os honorários sucumbenciais.
- (B) A desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de valores recebidos no exercício do mandato.
- (C) O mandato cessa tão somente com a revogação do mesmo, seja por iniciativa da parte, seja por iniciativa do advogado.
- (D) Prescreve em 5 anos a procuração assinada sem a devida indicação de validade da representação.
- (E) O subestabelecimento do mandato com reserva de poderes prescinde de anuência do cliente, sob pena de configurar motivo de rescisão do contrato de honorários.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa correta em relação ao Código de Ética e Disciplina da OAB.

- (A) É dever do advogado aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial.
- (B) É permitido ao advogado expor os fatos em juízo falseando a verdade, nos limites da necessidade da defesa de seu cliente.
- (C) O advogado com vínculo empregatício pode figurar, simultaneamente, no mesmo processo como patrono e preposto.
- (D) O advogado pode responder com habitualidade a consultas sobre matérias jurídicas, nos meios de comunicação social, como forma de promoção profissional.
- (E) É permitido o anúncio dos serviços de advocacia, sob a forma de placas, *outdoors* ou equivalentes, na sede profissional do advogado, desde que de forma discreta e moderada.

QUESTÃO 11

Acerca do Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a alternativa correta.

- (A) As confidências feitas ao advogado pelo cliente não podem ser utilizadas na defesa, em obediência ao princípio do sigilo profissional.
- (B) Em caso de sociedade de advogados, basta que a procuração tenha sido outorgada à sociedade para que, automaticamente, os membros desta sociedade estejam habilitados para representar o outorgante.
- (C) Com os poderes que lhe foram outorgados, o advogado pode entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído.
- (D) Mesmo quando houver sido intimado para depor em juízo, o advogado deve guardar sigilo sobre o que saiba em razão do seu ofício.
- (E) O advogado não pode recusar-se a depor em juízo sobre fatos relacionados a clientes ou ex-clientes, sob pena de não colaborar com a justiça.

QUESTÃO 12

Em relação aos defeitos do negócio jurídico e à luz da doutrina de GONÇALVES (2006), assinale a alternativa correta.

GONÇALVES, Carlos Roberto, *Direito Civil, Parte Geral, Volume 1- 13ª edição- São Paulo: Saraiva, 2006.*

- (A) O Código Civil menciona e regula apenas 5 defeitos do negócio jurídico, quais sejam: erro, dolo coação, estado de perigo e lesão.
- (B) A fraude contra credores não se traduz em defeito do negócio jurídico, representando apenas um vício social.
- (C) O erro, o dolo, a coação, o estado de perigo e a lesão, defeitos do negócio jurídico, são chamados de vício de consentimento porque provocam uma manifestação de vontade não correspondente com o íntimo e o verdadeiro querer do agente.
- (D) Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (E) A lesão configura-se quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

QUESTÃO 13

O legislador de 2002 teve sensibilidade suficiente para traduzir em lei o princípio da desconsideração até então reconhecida apenas pelos nossos tribunais. Pode-se dizer que o princípio já se encontrava no ordenamento civil pátrio, não em lei. Embora objeto de apenas um artigo - o de nº 50 - a matéria é de grande alcance prático.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil, parte geral. Vol.1- Rio de Janeiro: Forense, 2004.*

Com base no trecho apresentado, julgue os itens a seguir.

- I - Por desconsideração, entende-se o ato de abstração da personalidade jurídica da pessoa jurídica e a concomitante extensão da responsabilidade aos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- II - A desconsideração da pessoa jurídica, também conhecida na doutrina pela expressão *disregard doctrine*, originou-se nos Estados Unidos da América e se desenvolveu também na Alemanha. De mais a mais, a desconsideração também é conhecida por *lifting or piercing the veil*, ou seja, levantando ou perfurando o véu.
- III - As hipóteses em que o Estado-juiz poderá desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica são restritas, uma vez que somente poderá fazê-lo diante das situações descritas no art. 50 do Novo Código Civil, ou seja, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial. Diante de tais hipóteses, o duto juízo poderá, de ofício, desconsiderar a personalidade da pessoa jurídica.
- IV - De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, a teoria da desconsideração da pessoa jurídica, quanto aos pressupostos de sua incidência, subdivide-se em duas categorias: teoria maior e teoria menor da desconsideração. Nesse sentido, é possível afirmar que o Código Civil (CC), em seu artigo 50, agasalhou a teoria menor da desconsideração, seja a subjetiva, seja a objetiva, constituindo, portanto, a regra geral do sistema jurídico brasileiro.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 14

Em relação ao tema prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- (A) A decadência legal deverá ser reconhecida de ofício pelo juiz. Diversamente será a postura do Estado-juiz, quando diante da decadência convencional, sendo que esta deverá ser alegada pela parte a quem aproveita, em qualquer grau de jurisdição, não podendo o juiz suprir a alegação.
- (B) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- (C) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.
- (D) Prescreve em 3 anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (E) Imaginando a situação de que **A** conduzia o seu automóvel pela avenida W3-Sul, quando **B**, de forma imprudente, avançou o sinal vermelho, vindo a atingir o veículo de **A**, causando certas avarias. Dessa forma, **A** poderá ajuizar uma ação de reparação civil em face de **B**, pedindo o ressarcimento do dano sofrido. Ademais, disporá de um prazo prescricional de 2 anos para ajuizar a demanda, sob pena de extinção de sua pretensão.

QUESTÃO 15

Arras, ou sinal, é a entrega da importância em dinheiro ou de coisa móvel, na conclusão do contrato, como garantia de execução. No Brasil, costuma-se também denominá-las *entrada*. Levando-se em conta a teoria geral das obrigações, em especial, o trecho referenciado do livro de LÔBO (2005), julgue os itens a seguir.

LÔBO, P. L. N. *Teoria Geral das Obrigações. 1.ed.São Paulo:Saraiva,2005.*

- I - A finalidade das arras é facilitar a indenização e não limitá-la. Na hipótese de arras penitenciais, as perdas e danos não se esgotam nelas, admitindo-se a indenização suplementar, se a parte inocente provar prejuízo maior.
- II - A súmula 412 do Supremo Tribunal Federal encontra-se expressa da seguinte forma: "no compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização maior, a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo". Conquanto o enunciado sumular do STF não tenha dito de forma expressa, pode-se concluir, da leitura da súmula, que a existência de cláusula de arrependimento está ligada ao conceito de arras confirmatórias.
- III - Não há distinção doutrinária entre o conceito de arras penitenciais e arras confirmatórias.
- IV - O exercício do direito de arrependimento é possível quando, no contrato convencionado entre as partes, previu-se a utilização das arras penitenciais. Nesse sentido, pode-se afirmar que o direito de arrependimento confunde-se com o instituto de cláusula penal, já que em ambos os institutos os contratantes podem se retirar do contrato.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 16

Em relação ao tema Responsabilidade Civil, assinale a alternativa correta, a luz da doutrina de NERY JÚNIOR (2006).

NERY JÚNIOR, N. NERY, R. M. A. *Código Civil Comentado. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006*

- (A) O abuso de direito, descrito no art. 187 do Código Civil, é um ato ilícito subjetivo.
- (B) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente patrimonial, comete ato ilícito.
- (C) Tanto o abuso de direito previsto no art. 187 do CC, como o ato ilícito descrito no art. 186 do CC geram o dever de indenizar, o que será feito pelo regime da responsabilidade subjetiva, sendo necessária a demonstração da conduta dolosa ou culposa do agente violador.
- (D) O Código Civil adotou dois sistemas de responsabilidade civil: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. É bem verdade que o sistema geral do CC é o da responsabilidade civil subjetiva (CC 186), sendo que o sistema subsidiário é o da responsabilidade civil objetiva, “*verbi gratia*”, o art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Ambas têm a mesma importância no sistema do Código Civil, não havendo predominância de uma sobre a outra.
- (E) Imagine a seguinte situação hipotética: o adolescente C, residindo com seus pais em determinado Condomínio de Brasília, chuta uma bola para o gol e vem a danificar o vidro de um automóvel pertencente a condômino da localidade. Dessa forma, ainda que não tenha agido com culpa no evento, os pais do adolescente serão obrigados a reparar o prejuízo causado ao veículo do condômino. *In casu*, a reparação civil encontra o seu fundamento na responsabilidade civil subjetiva.

QUESTÃO 17

Com base no instituto da revelia no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que o réu não conteste a ação, ou ainda apresente a sua defesa fora de tempo (extemporânea), não poderá o autor alterar o pedido ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 dias.
- (B) Em se tratando de litígio envolvendo direitos indisponíveis, caso o réu apresente uma contestação extemporânea, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Dessa forma, o réu revel sofrerá os efeitos da revelia.
- (C) Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão sempre verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- (D) Reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial pelo autor, mesmo diante da situação em que havendo pluralidade de réus, um deles venha a contestar a inicial.
- (E) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos a partir da publicação de cada ato decisório, sendo mister ultimar a intimação do revel.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta em relação as provas no sistema processual civil.

- (A) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- (B) É nula a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova, quando recair sobre direito disponível da parte.
- (C) Há confissão, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário. A confissão deverá ser feita necessariamente perante o Estado-juiz, não se admitindo a confissão extrajudicial. Fazem a mesma prova que os originais as reproduções dos documentos públicos, desde que declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal ou conferidas em cartório com os respectivos originais.
- (D) Sendo estritamente necessário, o juiz ouvirá testemunhas impedidas ou suspeitas, mas os seus depoimentos serão prestados independentemente de compromisso (art. 415) e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.

QUESTÃO 19

Imagine a seguinte situação hipotética: **Trabalhador**, morador da cidade de **Bem Amigos**, pertencente a certa Unidade Federativa, após trabalhar por mais de 20 anos em determinada empresa da região, teve de se afastar em razão de descobrir que era portador da doença incurável AIDS. Ao dirigir-se a Defensoria Pública de sua cidade, para fins de pleitear os seus direitos de segurado perante o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), foi informado de que naquela localidade não havia sede da Justiça Federal, motivo pelo qual deveria se dirigir a uma cidade mais próxima, onde funcionasse uma sede da Justiça Federal.

Com base no texto hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) O Defensor Público agiu acertadamente, pois o Estado-Juiz daquela localidade não poderia prestar a jurisdição ao segurado **Trabalhador**.
- (B) Há permissivo constitucional no sentido de que a Justiça Estadual, responsável pela Comarca da cidade de “**Bem Amigos**”, seja competente para dirimir causas previdenciárias, podendo estas serem processadas no foro do segurado, já que esta cidade não dispõe de sede da Justiça Federal.
- (C) Caso o INSS intente ação contra o segurado perante o juízo federal da capital da unidade federativa, este será o foro competente para dirimir a eventual contenda que se estabeleça entre **Trabalhador** e o INSS. Desse modo, o segurado, ainda que esteja domiciliado na cidade de **Bem Amigos**, não poderá oferecer exceção de incompetência relativa.
- (D) Caso o segurado já tenha ajuizado ação em face do INSS, propondo-a perante o juízo estadual local, não será possível o deslocamento da causa para a justiça federal, ainda que ocorra a criação ulterior de vara federal nessa localidade.
- (E) De acordo com jurisprudência abalizada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o deslocamento da causa previdenciária da Justiça Estadual para a Justiça Federal, em razão de criação ulterior de vara federal na localidade, ofende o princípio da *perpetuatio jurisdictionis* determinado pelo art. 87 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 20

Em relação ao título VI do Código Civil, “Dos contratos em geral”, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social da propriedade.
- (B) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (C) A herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- (D) O Código Civil previu todas as espécies de contratos a serem celebrados. Desse modo, não é lícito às partes estipular contratos atípicos.
- (E) A liberdade de contratar é ilimitada, não havendo razão para a observância da função social do contrato.

QUESTÃO 21

Quando da propositura da petição inicial, o causídico deverá se ater aos requisitos formais da peça, previstos nos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil (CPC), sob pena de duto juízo mandar emendar a inicial.

Com base na afirmação acima e na doutrina de Didier (2009), referente aos requisitos formais da petição inicial, assinale a alternativa correta.

DIDIER Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento – 11ª ed. Salvador: Editora Jus Podium, 2009.

- (A) A petição inicial deve vir assinada por quem tenha capacidade postulatória, normalmente, o advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, o defensor público e o membro do Ministério Público. O Código de Processo Civil não previu hipóteses em que o leigo tenha capacidade postulatória.
- (B) Outro requisito da petição inicial refere-se à necessidade da qualificação das partes, a mais completa possível, evitando-se o processamento de pessoas incertas, bem como verificando a incidência de algumas normas que têm por suposto fático algum desses qualificativos (p. ex.: litisconsórcio necessário de pessoas casadas, art. 10, §1º, do CPC).
- (C) No caso de uma demanda possessória, relacionada a uma ocupação de terra, o autor não poderá demandar contra o(s) ocupante(s), porquanto inviável se mostra o cumprimento estrito da exigência formal de qualificação integral dos litigantes. Desse modo, o requisito previsto no art. 282, inciso II do CPC, não poderá ser mitigado, não sendo possível a demanda contra pessoa(s) incerta(s).
- (D) Em relação a causa de pedir, adotou o CPC a teoria da individualização, segundo a qual se exige do demandante indicar, na petição inicial, qual o fato jurídico e qual a relação jurídica dele decorrente.
- (E) Admite-se petição inicial sem pedido, não sendo isso motivo para que o Estado-juiz entenda pela inépcia dela.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questões 22 a 26

QUESTÃO 22

A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), através da edição de Súmulas vinculantes, autorizadas pela Emenda Constitucional da Reforma do Judiciário, vem a conferir segurança jurídica ao sistema jurídico nacional, condicionando a atuação dos agentes administrativos e Membros do Poder Judiciário às suas determinações. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a um entendimento exarado pelo STF com base naquelas súmulas vinculantes em se tratando de direitos e garantias fundamentais.

- (A) As garantias da ampla defesa e do contraditório no âmbito do Tribunal de Contas da União, em face das garantias constitucionais deferidas aos processos judiciais e administrativos, devem ser observadas em quaisquer procedimentos afetos àquele Tribunal, sob pena de anulação por parte do Poder Judiciário competente.
- (B) É expressamente vedada em qualquer situação a utilização do salário-mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, tampouco pode ser utilizado como fundamento de decisão judicial.
- (C) Em face das garantias constitucionais atribuídas ao processo administrativo, tem-se que a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- (D) Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- (E) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo; todavia, é constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

QUESTÃO 23

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Prescreve a Constituição Federal que são princípios institucionais do Ministério Público a pluralidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) O Ministério Público não possui autonomia para elaborar sua proposta orçamentária, na realidade esta atribuição restou conferida a outro órgão fiscalizador contábil.
- (C) Segundo a Constituição Federal, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) O Ministério Público da União compreende exclusivamente: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (E) Prescreve o texto constitucional que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de 40 anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 3 anos, permitida a recondução.

QUESTÃO 24

A Constituição Federal enfatiza como base da ordem social o primado do trabalho e como seus objetivos o bem-estar e a justiça social. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, estando condicionada ao adimplemento com a contribuição à seguridade social.
- (B) Ao idoso, ou à pessoa portadora de deficiência física, é garantido o benefício de um salário-mínimo mensal para sua subsistência, desde que quites com as contribuições sociais.
- (C) É objetivo da República Federal do Brasil, promover a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- (D) A promoção da integração ao mercado de trabalho não é uma das formas previstas no rol Constitucional quanto à prestação da assistência social.
- (E) Não são direitos sociais: a proteção à maternidade e à infância, o lazer.

QUESTÃO 25

São as garantias constitucionais do processo e os direitos fundamentais de caráter judicial importantes instrumentos de efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos. Acerca do tema e dos ensinamentos postos por MENDES (2009), assinale a alternativa correta.

MENDES, Gilmar e outros. Curso de Direito Constitucional. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva: 2009.

- (A) Devem ser públicos os atos do processo penal, ressalvados os que forem decretados como sigilosos em face dos direitos fundamentais dos cidadãos; todavia, os inquéritos policiais, como instrumentos não passíveis de coação direta e imediata na vida do cidadão, estão absolutamente guardados pela garantia do sigilo que, neste diapasão, visa a resguardar o próprio interesse público de futuro processo penal, em sendo o caso.
- (B) Em respeito à separação harmônica entre as funções estatais, não está, sob pena de compulsória decretação de nulidade, o Judiciário autorizado a adentrar ao controle das questões ditas políticas em face da Constituição Federal.
- (C) Como forma de proteção judicial efetiva no âmbito do direito coletivo, estão os sindicatos e entidades associativas legalmente constituídas autorizados a, independentemente de expressa autorização dos seus Membros, substituir a representação não só judicial, mas, também, extrajudicialmente seus integrantes. É o instituto da substituição processual.
- (D) A utilização dos chamados “remédios constitucionais”, pela sua origem, não autorizam sua fruição em face dos particulares, senão em face dos agentes estatais, o que não impede, pelos meios ordinários, de combater eventual ato lesivo promovido por agentes privados.
- (E) O Supremo Tribunal Federal tem diferenciado a origem da produção da prova ilícita no processo penal, aceitando-a, inclusive, em determinadas situações como constitucionalmente legítima.

QUESTÃO 26

Sobre o Poder Judiciário Nacional e as prescrições estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros com mandato de 3 anos não sendo admitida a recondução.
- (B) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, 3 anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- (C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- (D) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os ministros de Estado, os membros dos tribunais superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões 27 a 31

QUESTÃO 27

Quanto aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O denominado poder vinculado é aquele de que dispõe a Administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente sua liberdade de atuação. Pacífico na doutrina que poderá haver liberdade de atuação (conveniência e oportunidade) quanto à forma, à finalidade e à competência dos atos administrativos.
- (B) O poder discricionário segundo a doutrina e a jurisprudência moderna, não poderá sofrer qualquer tipo de limitação, uma vez que não está sujeito a controle judicial.
- (C) Com fulcro no poder hierárquico, a Administração é dotada da prerrogativa de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades de seus órgãos e agentes no seu âmbito interno. Na verdade, do exercício do poder hierárquico decorrem as prerrogativas, do superior para o subordinado, de dar ordens, fiscalizar, rever, delegar e avocar.
- (D) Ensina a doutrina que é com fulcro no poder regulamentar que a administração poderá punir internamente as infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas sujeitas às disciplinas dos órgãos e serviços da Administração. Ademais, esclarece a Lei nº 8.112/1990 (que dispõe sobre o regime jurídico do servidor público) que o ato de aplicação de penalidade prescinde de motivação.
- (E) O poder de polícia da Administração não sofre limitações, uma vez que é absoluto.

QUESTÃO 28

CARVALHO FILHO (2012) elenca 3 requisitos aos atos administrativos, quais sejam, que a vontade emane de agente da Administração Pública ou dotado de prerrogativas desta, que seu conteúdo vise a produzir efeitos jurídicos com a finalidade pública e, ainda, que o regime aplicável seja o de Direito Público. Em relação aos atos administrativos, da Doutrina deste Autor, assinale a alternativa correta.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*, 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- (A) A imperatividade, ou coercitividade, não é observada em todos os atos administrativos. Nesse sentido, observam-se atos como as permissões e autorizações, desprovidos de qualquer coercibilidade, na medida em que, neles, é o consentimento mútuo que lhes rege integralmente.
- (B) Pode-se conceituar a finalidade como a situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente quando pratica o ato administrativo.
- (C) Os elementos dos atos administrativos derivam dos mesmos requisitos apontados, que, se violados, são aptos a ensejar a propositura de ação popular visando à invalidação daqueles atos.
- (D) A revogação, só podendo ser realizada pela Administração, pode ser definida como a retirada do mundo jurídico dos atos discricionários ou vinculados que passem a carecer de conveniência e oportunidade para aquela, com efeito *ex nunc*.
- (E) Ainda que não podendo ser aproveitados os efeitos anteriores, afronta a legalidade a revogação da revogação dos atos administrativos.

QUESTÃO 29

Com fulcro nas informações da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) São modalidades de licitação previstas na Lei: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (B) É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem e também nas hipóteses de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 200 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitindo-se por uma única vez a prorrogação dos respectivos contratos.
- (C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) Concurso é uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
- (E) O convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.

QUESTÃO 30

Destaca-se, nos princípios e regras postos pelo Direito Administrativo, o estudo da Administração Pública. O alcance desta vai além do próprio Poder Executivo, na medida em que a repartição das funções estatais guarda, ainda que subsidiariamente, atividades administrativas em quaisquer daquelas funções, ainda que, precipuamente, sejam aquelas atividades exercidas no âmbito do Executivo. Completando, pois, o arranjo estatal, temos o governo, com características próprias em relação à Administração Pública, notadamente, de transitoriedade e alcance político. Nesse contexto, assinale a alternativa correta em relação à prática dos princípios regentes da Administração Pública, na visão de CARVALHO FILHO (2012).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*, 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- (A) O princípio da impessoalidade reflete o princípio da finalidade. Nesse sentido a expressão “desvio de finalidade” contida no ordenamento legal traduz o princípio da impessoalidade.
- (B) O nepotismo, certamente, é comportamento que não se adequa à moralidade administrativa, não tendo escapado à jurisdição do Supremo Tribunal Federal o combate àquela prática na Administração Pública Brasileira. Nesse sentido, foi editada Súmula Vinculante com proibições à contratação por dirigentes públicos de parentes até 3º grau, em linha direta ou por afinidade, para o exercício de quaisquer cargos em comissão ou funções gratificadas, salvo se o parente tiver vínculo preexistente com a Administração Pública decorrente de aprovação em concurso público.
- (C) O princípio da confiança, ou da segurança jurídica, passou a ganhar assento expresso em âmbito legal, ao menos no âmbito federal, passando-se a proibir a Administração Pública de anular seus atos, ou obrigá-la a convalidá-los, ainda que inquinados de vício de legalidade, pelo decurso do prazo decenal, ressalvando-se os casos em que demonstrada, comprovadamente, má-fé do administrado.
- (D) Os princípios da razoabilidade ou proporcionalidade, ambos derivados da elaboração jurisprudencial anglo-saxônica, visam a dotar o Judiciário de legitimidade para exercer o controle da Administração Pública, todavia, não sendo lícito àquele adentrar no mérito da escolha desta, quando se apresentarem alternativas igualmente legais.
- (E) O princípio da indisponibilidade, por sua própria natureza, desautoriza a alienação dos bens públicos.

QUESTÃO 31

Os contratos administrativos são os contratados celebrados pela Administração Pública, visando designar os ajustes que a Administração celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de Direito Público. Assinale a alternativa correta sobre o tema contratos públicos.

- (A) No contrato público, não se admite a presença de cláusulas exorbitantes.
- (B) É vedada a rescisão unilateral imotivada nos contratos públicos.
- (C) A rescisão do contrato administrativo admite duas formas: amigável ou judicial.
- (D) A legislação brasileira veda expressamente a utilização do fato do príncipe, utilizada como forma de alteração unilateral de cláusulas contratuais.
- (E) São modalidades de contratos administrativos a concessão de serviço público, a de obra pública, a de uso de bem público, a concessão patrocinada, e a concessão administrativa.

QUESTÃO 32

A fim de custear as despesas estatais, o Direito Tributário, com seus princípios e regras próprios, ocupa lugar de destaque. Em relação ao seu objeto central, o tributo, assinale a alternativa correta acerca do tema, com base nas lições de HARADA (2011).

HARADA, K. *Direito Financeiro e Tributário*, 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- (A) Necessária à análise da natureza jurídica específica dos tributos é a destinação legal do produto de sua arrecadação, sob pena de caracterização da ilicitude de sua criação.
- (B) O imposto de renda devido por pessoas físicas é um exemplo de progressividade simples, na medida em que a alíquota maior se aplica por inteiro à matéria tributável. O Direito brasileiro não adotou a progressividade graduada, na qual as alíquotas maiores sobrepujam-se às menores à medida da variação da matéria tributável em decorrência do princípio da vedação ao confisco.
- (C) A fim de não inverter a relação custo-benefício, tampouco de transformar as taxas em instrumento de retirada compulsória de riqueza dos particulares, a legislação tributária vem definir que a taxa tem, juridicamente, perfeito equilíbrio naquela relação, em face de sua natureza contraprestacional.
- (D) A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública encontra sua legitimidade na qualidade *ut universi* daquela atividade oferecida pelo Poder Público, sanando as impropriedades advindas da tributação mediante taxa que, anteriormente, era utilizada por muitos municípios brasileiros.
- (E) A Constituição Federal de 1988, diferentemente das anteriores, em relação às contribuições de melhoria, não define como limites para sua instituição o custo total da obra, bem como a necessidade de comprovação, por parte do sujeito ativo da exação, da valorização do imóvel.

QUESTÃO 33

Importante consectário da obrigação tributária é o estudo da responsabilidade tributária. Dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa **incorreta**, em relação à uma hipótese legalmente prevista dessa responsabilidade.

- (A) Os serventuários de cartórios, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- (B) Os adquirentes do fundo de comércio, solidariamente com o alienante, acaso este último inicie, dentro de 6 meses, nova atividade, no mesmo ou, ainda, em diferente ramo.
- (C) Os empregados mandatários, pessoalmente, decorrente de atos praticados com infração à lei.
- (D) Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- (E) Os gerentes de pessoas jurídicas de Direito Privado, pessoalmente, em face de atos praticados com infração ao contrato social ou estatutos.

QUESTÃO 34

O Sistema Tributário Nacional alberga importante espaço às limitações ao poder de tributar, como garantias do contribuinte. Dentre elas, ganha relevo a da imunidade tributária. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

- (A) Os ganhos de capital decorrentes das aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, obtidos pelas instituições de assistência social, são excluídos da imunidade de impostos.
- (B) A despeito do princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos dos demais entes políticos, pode a União, nos tratados e convenções internacionais, vir a instituir isenção de impostos dos estados e municípios.
- (C) Como decorrência do princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza, não há possibilidade de existirem alíquotas diferenciadas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as operações internas.
- (D) As contribuições sociais de interesse das categorias profissionais ou econômicas, nela incluídas as entidades do Sistema "S", encontram-se abrangidas pela imunidade sobre a receita de exportação.
- (E) De há muito, SE consolida a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da imunidade sobre os "livros eletrônicos".

QUESTÃO 35

É o crédito tributário que, formalizado através do lançamento, materializa o fato gerador, a matéria tributável, o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, ainda, se for o caso, indica a penalidade cabível. Sendo, pois, o lançamento ato administrativo vinculado, caracteriza-se como atividade obrigatória do agente público competente, sob pena de responsabilização funcional. Acerca do lançamento e do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento, na legislação brasileira, tem efeito constitutivo da obrigação tributária.
- (B) Sendo a constituição definitiva do crédito tributário ato exclusivo da autoridade administrativa competente, tem-se a mesma como único marco do início do prazo prescricional para a sua cobrança.
- (C) O lançamento de ofício, como prerrogativa exclusiva da autoridade administrativa competente, não está restrito às hipóteses de descumprimento da legislação tributária pelo sujeito passivo, podendo, também, estabelecer-se como hipótese não punitiva.
- (D) Em face de disposição expressa da legislação, não é possível a concessão de moratória abrangendo créditos ainda pendentes de constituição à data da lei ou do despacho concessivo.
- (E) Remissão é a fórmula extintiva de obrigações mediante concessões recíprocas, que pressupõe um litígio entre as partes, bem como ônus e vantagens recíprocas.

QUESTÃO 36

A repressão no âmbito tributário encontra previsão, também, na esfera penal. Acerca dos crimes tributários, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, bem como a posição de Kiyoshi Harada.

HARADA, K. *Direito Financeiro e Tributário*, 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- (A) A legislação vigente não mais dispõe sobre a extinção da punibilidade da sonegação fiscal em caso de pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia, cingindo-se a albergar os crimes contra a ordem tributária.
- (B) A legislação, jurisprudência e doutrina têm acompanhado a tendência de cada vez mais legislar e legitimar essa legislação que tenha como consequência a penalização para quem incidir em crimes tributários, como uma forma de combater a sonegação, a fraude e o conluio.
- (C) A Lei nº 8.137, de 1990, que trata dos crimes contra a ordem tributária, a ordem econômica e as relações de consumo, expressamente, revogou na íntegra a Lei nº 4.729, de 1965, a chamada “lei da sonegação fiscal”.
- (D) As sanções no ordenamento jurídico devem ser interpretadas autonomamente, especialmente, no Direito Tributário, não se devendo comunicar os objetivos da lei penal com os da lei tributária.
- (E) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que, diferentemente do administrador de empresa privada, o agente político não responde como sujeito ativo do crime de apropriação indébita em face da falta de recolhimento das contribuições previdenciárias descontadas dos servidores municipais.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL Questões 37 a 43

QUESTÃO 37

Quanto aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de um peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade, se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- (B) A conduta de apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem caracteriza o chamado peculato-estelionato, destarte, a posse da coisa poderá decorrer do erro que fora provocado pelo funcionário público.
- (C) A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida caracteriza o crime de concussão. A consumação deste ilícito penal dá-se com a obtenção da vantagem indevida pelo funcionário público.
- (D) Segundo o Código Penal pátrio, quando o funcionário, por indulgência, deixar de responsabilizar seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte tal competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente restará configurado o crime de prevaricação.
- (E) Aquele que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário cometerá o crime de advocacia administrativa. Apesar do nome do delito, não é necessário que seja cometido por advogado, destarte, poderá cometê-lo qualquer funcionário público (enquadrado no conceito para fins penais) que patrocine interesse de particular junto à administração aproveitando de sua influência ou prestígio.

QUESTÃO 38

Quanto aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3, se o crime resultou de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixou de prestar imediato socorro à vítima, não procurou diminuir as consequências do seu ato, ou fugiu para evitar prisão em flagrante. No caso de homicídio doloso a pena é aumentada de 1/3 se o crime foi praticado contra pessoa menor de 14 ou maior de 60 anos de idade.
- (B) Prescreve o Código Penal brasileiro que, na hipótese de um homicídio doloso, se o agente cometer o crime sob o domínio de violenta emoção ou logo em seguida a injusta provocação da vítima haverá exclusão da culpabilidade, uma vez que existe justificante para a conduta.
- (C) Não cometerá homicídio na modalidade qualificada aquele que pratica dita conduta com o escopo de assegurar a ocultação de outro crime, isto em razão de ausência de previsão legal neste sentido, porém, nada obsta, que o juiz leve em consideração tal intenção no momento da dosimetria da pena.
- (D) O crime de lesão corporal de natureza leve é de ação penal pública incondicionada, ou seja, independe de manifestação do ofendido para a proposição da denúncia por parte do Ministério Público. Quanto à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) há tratamento específico a respeito.
- (E) O crime de lesão corporal culposa é de ação penal pública incondicionada, ou seja, independe de manifestação do ofendido para a proposição da denúncia por parte do Ministério Público, em qualquer hipótese.

QUESTÃO 39

A respeito da prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Código de Processo Penal, a prisão preventiva não poderá ultrapassar o prazo de 81 dias, sendo que a inobservância caracterizará constrangimento ilegal.
- (B) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e certeza a respeito da autoria.
- (C) Em regra, a prisão preventiva tem cabimento na persecução penal para apuração dos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 anos. Aliás, existe previsão expressa no Código de Processo Penal neste sentido.
- (D) Em qualquer fase da *persecutio criminis*, o juiz poderá decretar de ofício a prisão preventiva.
- (E) A prisão domiciliar, como medida cautelar, somente será decretada em substituição da prisão preventiva. O Código de Processo Penal autoriza tal substituição se houver prova idônea que comprove, pelo menos, um dos seguintes casos: quando o agente contar com mais de 80 anos; estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave; for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade ou com deficiência; e for gestante a partir do sétimo mês de gestação ou se sua gravidez for de alto risco.

QUESTÃO 40

Segundo as prescrições do Código de Processo Penal, excepcionalmente, o juiz poderá, por decisão fundamentada, realizar o interrogatório de determinados acusados por sistema de videoconferência. Sobre esta modalidade de interrogatório, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o Código de Processo Penal, pode ser adotado para réus soltos ou presos.
- (B) O juiz não poderá determiná-lo de ofício.
- (C) Da decisão que determinar a realização de interrogatório por videoconferência, as partes serão intimadas com 15 dias de antecedência.
- (D) Ficará garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.
- (E) Estando preso o acusado e havendo gravíssima questão de ordem pública, neste caso, não haverá possibilidade de sua realização, uma vez que tal expressão é bastante imprecisa e gera, por inúmeras vezes, insegurança jurídica.

QUESTÃO 41

Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O efeito regressivo dos recursos é aquele que consiste em transferir à instância superior o conhecimento de determinada questão. É efeito comum a todos os recursos.
- (B) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos demais. Trata-se do chamado efeito extensivo dos recursos.
- (C) No processo penal não se admite o princípio da fungibilidade dos recursos.
- (D) No processo penal em regra, o prazo de interposição de recurso será de 15 dias, como ocorre, por exemplo, no recurso de apelação.
- (E) O juízo de prelibação dos recursos ou o juízo de admissibilidade dá-se antes do conhecimento de mérito. Trata-se da verificação do preenchimento dos pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Segundo a doutrina e jurisprudência nacionais é vedado ao tribunal *ad quem* exercer referida análise.

QUESTÃO 42

No que pertine à competência no âmbito do Processo Penal, caso o delito de competência da Justiça Estadual apresente situação de grave violação a direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar perante o

- (A) Supremo Tribunal Federal, somente na fase do processo, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, somente na fase do processo, o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (C) Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (D) Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (E) juiz de Direito de primeira instância que possua competência no processo originário, o incidente de deslocamento de competência para o juiz Federal da jurisdição respectiva.

QUESTÃO 43

O *habeas corpus* é um remédio jurídico destinado a tutelar a liberdade física do indivíduo de ir, ficar e vir, tendo por escopo evitar ou fazer cessar a violência ou coação à liberdade de locomoção decorrente de ilegalidade ou abuso de poder. Sobre este remédio constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Caberá o chamado recurso ordinário constitucional ao Superior Tribunal de Justiça da decisão denegatória de *habeas corpus*, proferida em única ou última instância pelos tribunais regionais federais, ou pelos tribunais dos estados e do Distrito Federal.
- (B) No *habeas corpus* repressivo objetiva-se a obtenção de salvo-conduto.
- (C) Da decisão concessiva ou denegatória de *habeas Corpus* em primeira instância caberá, Apelação em 5 dias.
- (D) Por não encontrar previsão legal, a concessão de liminar em *habeas corpus* não é admitida no âmbito da jurisprudência pátria.
- (E) A ação de *habeas corpus*, por imperativo constitucional, em regra é gratuita, não havendo pagamento de custas, salvo na hipótese de paciente e impetrante se confundirem na mesma pessoa.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO Questões 44 a 50

QUESTÃO 44

Julgue os itens seguintes sobre a Instituição Sindical.

- I - As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como Sindicatos: **a)** reunião de 1/2 (metade), no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de associação de empregadores; ou de 1/3 (um terço) dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal, se se tratar de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal; **b)** duração de 4 anos para o mandato da diretoria; **c)** exercício do cargo de Presidente e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.
- II - Não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, profissão liberal, em uma dada base territorial.
- III - O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.
- IV - São condições para o funcionamento do sindicato: **a)** proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; **b)** proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo Sindicato ou por entidade sindical de grau superior; **c)** gratuidade do exercício dos cargos eletivos; **d)** proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no Art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; **e)** proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 45

Remuneração é o ato pelo qual o empregado recebe pelo seu trabalho, e salário é a forma pela qual a remuneração se faz. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, de acordo com os entendimentos sumulados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

- (A) O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- (B) Não pode ser fixados percentuais relativos ao salário *in natura*.
- (C) Não há possibilidade de salário profissional proporcional as horas efetivamente trabalhadas.
- (D) A cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador é válida.
- (E) O termo inicial do direito ao salário-família coincide com a data do nascimento do filho.

QUESTÃO 46

Julgue os itens seguintes, em relação ao contrato individual de trabalho.

- I - Em regra, a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.
- II - Nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, cabe o aviso prévio.
- III - Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 meses no mesmo tipo de atividade.
- IV - O contrato de trabalho por tempo determinado não pode ultrapassar 2 anos.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa correta sobre os dissídios coletivos.

- (A) Decorridos mais de 2 anos de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- (B) A sentença normativa vigorará a partir da data da prolação.
- (C) Recebida e protocolada a representação, e estando na devida forma, o Presidente do Tribunal designará a audiência de conciliação, dentro do prazo de 20 dias.
- (D) Quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, poderá a representação ser instaurada, unicamente, pelas federações correspondentes.
- (E) A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 dos presentes.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta sobre o rito sumaríssimo no dissídio individual.

- (A) Cabem, no procedimento sumaríssimo, as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (C) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor corresponde.
- (D) a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 20 dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
- (E) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência fracionada, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

QUESTÃO 49

Estabilidade é o direito do trabalhador de permanecer no emprego, mesmo contra a vontade do empregador, enquanto existir uma causa relevante e expressa em lei que permita sua dispensa. Assinale a alternativa correta em relação ao tema.

- (A) Haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.
- (B) Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe em dobro os salários a que teria direito no período da suspensão.
- (C) Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato e, se não houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho.
- (D) Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido, é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em triplo.
- (E) Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, os empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, não estarão garantidos quanto ao direito de indenização.

QUESTÃO 50

Ação rescisória é aquela por meio da qual se pede a desconstituição, da coisa julgada, nos casos previstos em lei, podendo haver novo julgamento da causa. Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- (A) O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória.
- (B) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- (C) Na ação rescisória, o que se ataca na ação é a sentença, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim sendo, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia produz confissão na ação rescisória.
Em se tratando de rescisória de rescisória, o vício apontado deve nascer na decisão rescindenda, não se admitindo a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior.
- (D) Procedo ao pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional, de interpretação controvertida nos tribunais.
- (E)

QUESTÕES DISCURSIVAS

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva consiste em 2 (duas) questões.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica **de tinta azul ou preta**, fabricada de material transparente.
- As **folhas de texto definitivo** da prova discursiva não poderão ser assinadas, rubricadas e conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova do candidato.
- As **folhas de texto definitivo** são o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto de cada questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 50 (cinquenta) linhas, com base nos temas a seguir apresentados.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

Tema: Direito Civil e Direito Processual Civil

O combate à improbidade administrativa floresceu na última década em nosso País, propiciando vasto debate na doutrina e jurisprudência, quanto aos contornos materiais do ato ímprobo, tendo em vista a ampla tipificação do que seria improbidade na Lei nº. 8.429/92.

NEIVA, José Antônio Lisboa. Improbidade Administrativa: estudo sobre a demanda na ação de conhecimento e cautelar. 2.ed.-Niterói/RJ: Impetus,2006.

A improbidade administrativa foi tratada pela Constituinte de 1988 nos seguintes moldes:

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (Art. 37, §4º, da Constituição Federal).

Com base nas considerações acima, redija um texto dissertativo, abordando necessariamente os aspectos abaixo relacionados:

- a) a natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa, a conceituação de improbidade administrativa e a estreita relação entre a probidade e a moralidade;
- b) o sujeito ativo das condutas ímprobas, explicando se os governadores e os agentes políticos podem sofrer as sanções da Lei nº 8.429/92 e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema;
- c) a legitimação ativa para ingressar com a ação de improbidade administrativa;
- d) o órgão jurisdicional competente para examinar a ação de improbidade administrativa;
- e) a definição de justa causa como condicionante ao respectivo exercício da ação de improbidade; e
- f) a possibilidade de transação nas ações de improbidade administrativa e prazo prescricional da ação de ressarcimento ao erário.

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Tema: Direito Administrativo

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao debater e decidir acerca da natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil (ADI nº 3.026/DF), definiu ser ela entidade prestadora de serviço público independente, “categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no Direito brasileiro”.

Com base em tal assertiva, redija um texto dissertativo, abordando necessariamente os aspectos abaixo relacionados:

- a) a sujeição da OAB às regras administrativas para aquisição de bens; e
- b) a fundamentação doutrinária e administrativa quanto à questão.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

1

5

10

15

20

25

30

35

40

45

50

RASCUNHO